



ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAC Nº 25, DE 24 DE JULHO DE 2020.

Divulga a Agenda Tributária do mês de agosto de 2020.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nas Instruções Normativas RFB nºs. 1.930, de 1º de abril de 2020, 1.965, de 13 de julho de 2020, 1.971, de 12 de agosto de 2020, Portarias ME nºs. 139, de 3 de abril de 2020, 201, de 11 de maio de 2020, 245, de 15 de junho de 2020, Resoluções CGSN nº 154, de 3 de abril de 2020, e 155, de 15 de maio de 2020,

DECLARA:

Art. 1º O pagamento de tributo e a apresentação de declarações, demonstrativos ou documentos exigidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) devem ser efetuados, no mês de agosto de 2020, nas datas previstas na Agenda Tributária constante do Anexo Único deste Ato Declaratório Executivo, sem prejuízo do disposto na legislação específica de cada tributo.

§ 1º Em caso de feriado estadual ou municipal, a data prevista na Agenda Tributária para o cumprimento da obrigação deverá ser antecipada ou prorrogada de acordo com a legislação específica de cada tributo.

§ 2º O pagamento a que se refere o **caput** deverá ser efetuado por meio de:

I - Guia da Previdência Social (GPS), se tiver por objeto contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, contribuições instituídas a título de substituição ou contribuições devidas a outras entidades ou fundos; ou

II - Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), se tiver por objeto outros tributos administrados pela RFB.

§ 3º A Agenda Tributária será disponibilizada na página da RFB na Internet, no endereço eletrônico <http://receita.economia.gov.br>.

Art. 2º As Entidades financeiras e equiparadas a que se refere a Agenda Tributária, obrigadas ao pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), são as pessoas jurídicas enumeradas pelo § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991.

Art. 3º Em caso de extinção, incorporação, fusão ou cisão de pessoa jurídica em situação ativa no ano do evento, as pessoas jurídicas extintas, incorporadoras, incorporadas, fusionadas ou cindidas deverão apresentar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Mensal (DCTF Mensal) até o 15º (décimo quinto) dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao do evento.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de apresentação da DCTF Mensal, na forma prevista

no **caput**, não se aplica à pessoa jurídica incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Art. 4º Verificada a hipótese prevista no art. 3º, as pessoas jurídicas extintas, incorporadoras, incorporadas, fusionadas ou cindidas deverão apresentar o Demonstrativo de Crédito Presumido do IPI (DCP) até o último dia útil:

I - do mês de março, para eventos ocorridos no mês de janeiro; ou

II - do mês subsequente ao do evento, se este ocorrer no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro.

Art. 5º Em caso de extinção da pessoa jurídica em decorrência de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total, deverá ser apresentada Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf) em nome da pessoa jurídica extinta, relativa ao ano-calendário em que o evento ocorrer, até o último dia útil:

I - do mês de março, se o evento ocorrer no mês de janeiro; ou

II - do mês subsequente ao do evento, se este ocorrer no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro.

Art. 6º Dirf de fonte pagadora pessoa física deverá ser apresentada:

I - em caso de saída definitiva do País, até a data de saída em caráter permanente, ou em até 30 (trinta) dias contados da data em que a pessoa física declarante completar 12 (doze) meses consecutivos de ausência, em caso de saída do País em caráter temporário; e

II - no caso de encerramento de espólio, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento, exceto se este ocorrer no mês de janeiro de 2020, hipótese em que a Dirf 2020 poderá ser apresentada até o último dia útil do mês de março de 2020.

Art. 7º A Declaração Final de Espólio deve ser apresentada:

I - até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da decisão judicial sobre a partilha dos bens inventariados, desde que esta tenha transitado em julgado até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente ou, se o trânsito em julgado se der a partir de 1º de março, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao do trânsito em julgado; ou

II - até o último dia do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da lavratura da escritura pública de inventário e partilha.

Art. 8º A Declaração de Saída Definitiva do País, relativa ao período em que o declarante tenha permanecido na condição de residente no Brasil, deverá ser apresentada:

I - no ano-calendário da saída, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da saída definitiva; ou

II - no ano-calendário em que a condição de não-residente se confirmar, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da confirmação.

§ 1º Deverão ser apresentadas no prazo previsto no inciso I do **caput** as declarações referentes a anos-calendário anteriores que ainda não tenham sido entregues, se obrigatórias.

§ 2º A pessoa física residente no Brasil que se retirar do território nacional deverá apresentar, além da declaração a que se refere o **caput**, a Comunicação de Saída Definitiva do País:

I - a partir da data da saída até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente, se esta ocorreu em caráter permanente; ou

II - a partir da data em que a condição de não-residente se confirmar até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente, se a saída ocorreu em caráter temporário.

Art. 9º Em caso de extinção, fusão, incorporação ou cisão total de pessoa jurídica sujeita à obrigação de apresentar a Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob), nos termos do art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.115, de 28 de dezembro de 2010, a declaração de Situação Especial deve ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente à ocorrência do evento.

Art. 10. Em caso de recolhimento de contribuições previdenciárias para o qual tenha sido informado o código de recolhimento 1708, 2801, 2810, 2909 ou 2917, referente a contribuições incidentes sobre valores pagos em reclamatória trabalhista, deve-se considerar como mês de apuração o mês da prestação do serviço pelo reclamante, e como vencimento, o determinado pela legislação vigente na data de ocorrência do fato gerador, incluídos os acréscimos legais referentes ao período compreendido entre a data de vencimento e a data de recolhimento.

§ 1º Verificada a hipótese prevista no **caput**, caso não tenha sido reconhecido vínculo empregatício entre o reclamante e o reclamado nem conste da sentença ou do acordo homologado a indicação do período em que os serviços foram prestados, será considerado como competência o mês em que a sentença foi proferida ou que o acordo foi homologado, ou o mês de pagamento dos créditos reclamados, se este anteceder àquele.

§ 2º Em caso de pagamento parcelado dos créditos trabalhistas, as contribuições incidentes sobre cada parcela devem ser recolhidas até o dia 20 do mês seguinte ao do recebimento do crédito, ou no dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário no dia 20.

§ 3º Se a sentença condenatória ou o acordo homologado não prever prazo para pagamento dos créditos trabalhistas nem se referir ao período em que os serviços foram prestados pelo reclamante, o recolhimento das contribuições devidas deve ser efetuado até o dia 20 do mês seguinte ao da liquidação da sentença ou da homologação do acordo, ou no dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário no dia 20.

Art. 11. Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação da pessoa jurídica, a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) de que trata o art. 72 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, deverá ser apresentada até o último dia do mês subsequente ao do evento, exceto se este ocorrer no 1º (primeiro) quadrimestre do ano-calendário, hipótese em que a apresentação deve ser efetuada até o último dia do mês de junho.

Parágrafo único. Em caso de exclusão da Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a Declaração a que se refere o **caput**, referente ao ano-calendário em que a exclusão se verificou, deve ser apresentada até o último dia do mês de março do ano-calendário subsequente.

Art. 12. Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação de pessoa jurídica sujeita à obrigação de apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017, a apresentação deve ser efetuada pelas pessoas

jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

§ 1º A obrigatoriedade de entrega da ECD, na forma prevista no **caput**, não se aplica à incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

§ 2º Se o evento a que se refere o **caput** se verificar durante os meses de janeiro a abril do ano em que a entrega da ECD para situações normais for efetuada, o prazo previsto no **caput** será até o último dia útil do mês de maio do referido ano.

Art. 13. Em caso de extinção ou encerramento de CNPJ de empresário individual, a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) relativa à situação especial deverá ser entregue até:

I - o último dia do mês de junho, quando o evento ocorrer no 1º (primeiro) quadrimestre do ano-calendário; ou

II - o último dia do mês subsequente ao do evento, nos demais casos.

Art. 14. A EFD-Contribuições deve ser transmitida mensalmente ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o 10º (décimo) dia útil do 2º (segundo) mês subsequente ao mês a que a escrituração se refere, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial.

Art. 15. A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) será transmitida anualmente ao Sped até o último dia útil do mês de julho do ano seguinte ao ano-calendário a que ela se refere.

§ 1º Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação de pessoa jurídica, a apresentação da ECF deve ser efetuada pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do 3º (terceiro) mês subsequente ao do evento.

§ 2º A obrigatoriedade de entrega da ECF, na forma prevista no § 1º, não se aplica à incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

§ 3º Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação ocorrida durante os meses de janeiro a abril do ano-calendário, o prazo a que se refere o § 1º será até o último dia útil do mês de julho do referido ano.

Art. 16. A DCTFWeb Diária, utilizada para prestação de informações relativas a receita de espetáculos desportivos realizados por associação desportiva que mantém clube de futebol profissional, deve ser transmitida pela entidade promotora até o 2º (segundo) dia útil após a realização do evento desportivo.

Art. 17. Em função dos impactos da pandemia da Covid-19, as datas de vencimento dos tributos apurados no âmbito do Simples Nacional ficam prorrogadas da seguinte forma:

I - quanto aos tributos de que tratam os incisos I a VI do caput do art. 13 e as alíneas "a", "b" e "c" do inciso V do § 3º do art. 18-A, ambos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

a) o Período de Apuração março de 2020, com vencimento original em 20 de abril de 2020, vencerá em 20 de outubro de 2020;

b) o Período de Apuração abril de 2020, com vencimento original em 20 de maio de 2020, vencerá em 20 de novembro de 2020; e

c) o Período de Apuração maio de 2020, com vencimento original em 22 de junho de 2020, vencerá em 21 de dezembro de 2020;

II - quanto aos tributos de que tratam os incisos VII e VIII do caput do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 2006:

a) o Período de Apuração março de 2020, com vencimento original em 20 de abril de 2020, vencerá em 20 de julho de 2020;

b) o Período de Apuração abril de 2020, com vencimento original em 20 de maio de 2020, vencerá em 20 de agosto de 2020; e

c) o Período de Apuração maio de 2020, com vencimento original em 22 de junho de 2020, vencerá em 21 de setembro de 2020.

Art. 18. A Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) referente ao ano-calendário 2019 deve ser apresentada até 30 de junho de 2020.

Art. 19. A Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-Simei) referente ao ano-calendário 2019 deve ser apresentada até 30 de junho de 2020.

Art. 20. A apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) prevista para o 15º (décimo quinto) dia útil dos meses de abril, maio e junho de 2020, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, fica prorrogada para o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de julho de 2020, nos termos do inciso I do art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.932, de 3 de abril de 2020.

Art. 21. O pagamento das contribuições previdenciárias de que tratam os arts. 22, 22-A e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, o art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, e os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, devidas pelas empresas a que se referem o inciso I do **caput** e o parágrafo único do art. 15 da Lei nº 8.212, de 1991, e a contribuição de que trata o art. 24 da Lei nº 8.212, de 1991, devida pelo empregador doméstico, relativas às competências março, abril, e maio de 2020, fica prorrogado para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020, nos termos do art. 1º da Portaria ME nº 139, de 3 de abril de 2020, com a redação dada pela Portaria ME nº 150, de 7 de abril de 2020, e do art. 1º da Portaria ME nº 245, de 15 de junho de 2020.

Art. 22. O pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de que tratam o art. 18 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, o art. 10 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o art. 11 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, relativas às competências março, abril e maio de 2020, fica prorrogado para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020, nos termos do art. 2º da Portaria ME nº 139, de 3 de abril de 2020, com a redação dada pela Portaria ME nº 150, de 7 de abril de 2020, e do art. 2º da Portaria ME nº 245, de 15 de junho de 2020.

Art. 23. Os vencimentos das parcelas dos programas de parcelamento administrados pela RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em decorrência da pandemia da doença causada pelo coronavírus 2019 (Covid-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ficam prorrogados até o último dia útil do mês:

- I - de agosto de 2020, para as parcelas com vencimento em maio de 2020;
- II - de outubro de 2020, para as parcelas com vencimento em junho de 2020; e
- III - de dezembro de 2020, para as parcelas com vencimento em julho de 2020.

Art. 24. As datas de vencimento das parcelas mensais relativas aos parcelamentos administrados pela RFB e pela PGFN, dos tributos apurados no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) e do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (Simei), ficam prorrogadas até o último dia útil do mês:

- I - de agosto de 2020, para as parcelas com vencimento em maio de 2020;
- II - de outubro de 2020, para as parcelas com vencimento em junho de 2020; e
- III - de dezembro de 2020, para as parcelas com vencimento em julho de 2020.

Art. 25. O prazo para transmissão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) previsto no caput do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013, referente ao ano-calendário de 2019, originalmente fixado até o último dia útil do mês de julho de 2020, fica prorrogado, em caráter excepcional, para até o último dia útil do mês de setembro de 2020.

Parágrafo único. Aplica-se o prazo estabelecido no caput deste artigo inclusive nos casos de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a que se refere o § 4º do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.422, de 2013, ocorridos no período entre janeiro e abril do ano-calendário de 2020.

Art. 26. Fica prorrogado, em caráter excepcional, o prazo para transmissão da e-Financeira previsto no inciso II do art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.571, de 02 de julho de 2015, referente ao primeiro semestre do ano de 2020, para até o último dia útil do mês de outubro de 2020.

Art. 27. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação na Internet.

Assinatura digital
MARCOS HUBNER FLORES

ANEXO ÚNICO
Agenda Tributária
Agosto de 200

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

OBS: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) Rendimentos do Trabalho Tributação exclusiva sobre remuneração indireta Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior Royalties e Assistência Técnica Residentes no Exterior Renda e proventos de qualquer natureza Juros e Comissões em Grupos Residentes no Exterior Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videográficas Residentes no Exterior (L8685/93)	2063		FG ocorrido no mesmo dia
	Fretes internacionais Residentes no Exterior	9412		"
	Remuneração de direitos	9427		"
	Previdência privada e Fapi	9466		"
	Aluguel e arrendamento	9478		"
	Outros Rendimentos			
	Pagamento a beneficiário identificado	5217		FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107		Exportação, cujo registro de declaração para despacho aduaneiro tenha sido verificado 15 dias antes do vencimento
Diária	Cide-Combustíveis Importação Lei nº 10.336/01 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, álcool etílico combustível.	9438		Importação, cujo registro de declaração tenha sido verificado no mesmo dia
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep Importação de serviços (L10.865/04)	5434		FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) Importação de serviços (L10.865/04)	5442		FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Associação Desportiva que mantém Equipe de Profissional Retenção e recolhimento efetuado por entidade promotora de espetáculo (federação ou confederação), em seu próprio nome		2550	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)		4316	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)

Agenda Tributária
Agosto de 2020

<i>Data de Vencimento</i>	<i>Tributos</i>	<i>Código Darf</i>	<i>Código GPS</i>	<i>Período de Apuração do Fato Gerador (FG)</i>
Até o 2º dia útil após a data de pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração)	1684		Juho/2020
Data de vencimento do tributo na época da ocorrência do fato gerador (vide art. 1º do ADE Codac nº 25 de 2020)	Reclamatória Trabalhista - INAT/PIS/Pasep		1708	Mês da prestação do serviço
	Reclamatória Trabalhista - CEI		2801	"
	Reclamatória Trabalhista - CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)		2810	"
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ		2909	"
	Reclamatória Trabalhista - CNPJ - pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)		2917	"
5	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Capital			
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053		21 a 31/julho/2020
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426		"
	Fundo de Investimento em Renda Fixa	6800		"
	Fundo de Investimento em Ações	6813		"
	Operações de swap	5273		"
	Day-Trade-Operações em Bolsas	8468		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas semelhantes	5557		"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º, Lei nº 9.249/95)	5706		"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232		"
	Demais rendimentos de capital	0924		"
	Tributação Exclusiva - Art. 2º da Lei nº 12.431/2011	3699		"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos - (art. 1º, Lei nº 13.043/2014)	5029		"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento (art. 1º, Lei nº 13.043/2014)	5035		"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior			
	Aplicações Financeiras Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286		21 a 31/julho/2020
	Aplicações em Fundos de Conversão de Dólar			
	Externos/Lucros/Bonificações/Dividendos	0490		"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453		"
	Outros Rendimentos			
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916		21 a 31/julho/2020
	Prêmios obtidos em bingos	8673		"
	Multas e vantagens	9385		"
5	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Resgate de Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)			
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150		21 a 31/julho/2020
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893		"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290		"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220		"
	Aplicações Financeiras	6854		"

Agenda Tributária
Agosto de 2020

<i>Data de Venciment</i>	<i>Tributos</i>	<i>Código Darf</i>	<i>Código GPS</i>	<i>Período de Apuração do Fato Gerador (FG)</i>
13	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior Aplicações Financeiras em Fundos/Entidades de Investimento Coletivo Aplicações em Fundos de Conversão de Dólares Externos/Lucros/Bonificações/Dividendos Juros remuneratórios de capital próprio Outros Rendimentos Prêmios obtidos em concursos e sorteios Prêmios obtidos em bingos Multas e vantagens	5286 0490 9453 0916 8673 9385		1ª a 10/agosto/2020 " " 1ª a 10/agosto/2020 " "
13	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Valores Mobiliários (IOF) Operações de Crédito/Mutuação Pessoa Jurídica Operações de Crédito/Mutuação Pessoa Física Operações de Câmbio Entrada de moeda Operações de Câmbio Saída de moeda Aplicações Financeiras Factoring (art. 58 da Lei 532/97) Seguros Ouro, Ativo Financeiro	1150 7893 4290 5220 6854 6895 3467 4028		1ª a 10/agosto/2020 " " " " " " "
13	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Valores Mobiliários (IOF) Operações de Crédito/Mutuação Pessoa Jurídica Operações de Crédito/Mutuação Pessoa Física	1150 7893		Julho/2020 "
14	Contribuição para o PIS/Pasep Retenção na Aquisição de autopeças	3770		16 a 31/julho/2020
14	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) Retenção na Aquisição de autopeças	3746		16 a 31/julho/2020
14	Cide - Combustíveis Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível	9331		Julho/2020
14	Cide - Remessas ao Exterior Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a remessa de importâncias ao exterior nas hipóteses tratadas no art. 2º da Lei nº 10.168/2000, alterado pelo art. 6º da Lei nº 10.332/2001.	8741		Julho/2020
17	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS) CPSS Servidor Civil Ativo CPSS Servidor Civil Inativo CPSS Pensionista Civil CPSS Patronal Servidor Civil Ativo Operação Intergovernamental CPSS Patronal Servidor no Exterior Operação Intergovernamental	1661 1700 1717 1769 1814		1ª a 10/agosto/2020 " " " "

Agenda Tributária
Agosto de 2020

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
17	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS) CPSS Servidor Civil Ativo CPSS- Servidor Civil Inativo Valor	1723 1730 1752		1ª a 10/agosto/2020 " "
17	Contribuinte Individual recolhimento mensal NIT/PIS/Pasep Contribuinte Individual recolhimento mensal com dedução de 45% (Lei 9.876/99) NIT/PIS/Pasep Contribuinte Individual Opção: aposentadoria apenas por idade recolhimento Mensal NIT/PIS/Pasep Segurado Facultativo recolhimento mensal NIT/PIS/Pasep Facultativo Opção: aposentadoria apenas por idade recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep Segurado Especial recolhimento mensal NIT/PIS/Pasep Facultativo Baixa Renda recolhimento mensal Complemento para Plano Simplificado de Previdência Social - PPS- Lei nº 12.470/2011 MEI- Complementação Mensal Facultativo Baixa Renda recolhimento mensal NIT/PIS/Pasep Facultativo Baixa Renda recolhimento mensal Complemento		1007 1120 1163 1406 1473 1503 1830 1910 1929 1945	1ª a 31/julho/2020 " " " " " " " " " "
20	Contribuição para o PIS/Pasep Retenção de contribuições e pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL) Retenção e pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5952 5979		Julho/2020 "
20	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) Retenção de contribuições e pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL) Retenção e pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5952 5960		Julho/2020 "
20	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) Retenção de contribuições e pagamentos de PJ a PJ de direito privado (Cofins, PIS/Pasep, CSLL) Retenção e pagamentos de PJ a PJ de direito privado	5952 5987		Julho/2020 "
20	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta Art. 7º da Lei nº 12.546/2011 Art. 8º da Lei nº 12.546/2011	2985 2991		Março/2020 "
20	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta Art. 7º da Lei nº 12.546/2011 Art. 8º da Lei nº 12.546/2011	2985 2991		Julho/2020 "
20	Contribuição para o PIS/Pasep Entidades financeiras e equiparadas	4574		Março/2020
20	Contribuição para o PIS/Pasep Entidades financeiras e equiparadas	4574		Julho/2020

Agenda Tributária
Agosto de 2020

<i>Data de Venciment</i>	<i>Tributos</i>	<i>Código Darf</i>	<i>Código GPS</i>	<i>Período de Apuração do Fato Gerador (FG)</i>
20	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) Entidades financeiras e equiparadas	7987		Março/2020
20	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) Entidades financeiras e equiparadas	7987		Julho/2020
20	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Capital			
	Aluguéis e royalties pagos por pessoa física	3208		Julho/2020
	Rendimentos de partes beneficiárias ou de fundador	3277		"
	Resgate Previdência Complementar/Modalidade Contribuinte Definida/Variável Não Optante Tributação Exclusiva	3223		"
	Resgate Previdência Complementar/Modalidade Beneficiário Definido Não Optante Tributação Exclusiva	3556		"
	Resgate Previdência Complementar Optante Tributação Exclusiva	3579		"
	Benefício Previdência Complementar Não Optante Tributação Exclusiva	3540		"
	Benefício Previdência Complementar Optante Tributação Exclusiva	5565		"
	Rendimentos do Trabalho			
	Trabalho assalariado (exceto Trabalhador Doméstico)	0561		Julho/2020
	Trabalho sem vínculo empregatício	0588		"
	Aposentadoria Regime Geral ou do Servidor Público	3533		"
	Participação nos Lucros ou Resultados	3562		"
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça do Trabalho exceto o disposto no art. 12 da Lei nº 7.713, de 1988	5936		"
	Rendimentos Acumulados art. 12 da Lei nº 7.713, de 1988	1889		"
	Outros Rendimentos			
	Remuneração de serviços prestados por pessoa jurídica	1708		Julho/2020
	Pagamentos de PJ a PJ por serviços de factoring	5944		"
	Pagamento PJ a cooperativa de trabalho	3280		"
	Juros e indenizações de lucros cessantes	5204		"
	Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL)	6891		"
	Indenização por danos morais	6904		"
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça Federal, exceto o disposto no art. 12 da Lei nº 7.713, de 1988	5928		"
	Rendimentos decorrentes de decisão da Justiça dos Estados/Distrito Federal, exceto o disposto no art. 12 da Lei nº 7.713, de 1988	1895		"
	Demais rendimentos	8045		"
20	Acordo Perante Comissão de Conciliação - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - pagamento exclusivo para o empregado (Sesc, Sesi, Senai, etc)		2852	Diversos
	Acordo Perante Comissão de Conciliação - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - pagamento exclusivo para o empregador (Sesc, Sesi, Senai, etc)		2879	"
	Acordo Perante Comissão de Conciliação - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - PJ		2950	"
	Acordo Perante Comissão de Conciliação - Dissídio ou Acordo Coletivo e Convenção Coletiva - MPJ - pagamento exclusivo para o empregado (Sesc, Sesi, Senai, etc)		2976	"

Agenda Tributária
Agosto de 2020

<i>Data de Vencimento</i>	<i>Tributos</i>	<i>Código Darf</i>	<i>Código GPS</i>	<i>Período de Apuração do Fato Gerador (FG)</i>
20	Simples CNPJ		2003	1ª a 31/julho/2020
	Empresas optantes pelo Simples CNPJ-recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física		2011	"
	Empresas optantes pelo Simples CNPJ-recolhimento sobre contrato de transportador rodoviário autônomo (Consulte as Portarias ME nº 139, de 3 de abril de 2020, e 245, de 15 de junho de 2020)		2020	"
	Empresas em geral CNPJ (Consulte as Portarias ME nº 139, de 3 de abril de 2020, e 245, de 15 de junho de 2020)		2100	"
	Empresas em geral CNPJ- pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)		2119	"
	Cooperativa de Trabalho CNPJ-contribuição descontada do cooperado - Lei nº 10.666/2003		2127	"
	Empresas em geral CEI (Consulte as Portarias ME nº 139, de 3 de abril de 2020, e 245, de 15 de junho de 2020)		2208	"
	Empresas em geral CEI- pagamento exclusivo para outras entidades (Sesc, Sesi, Senai, etc.)		2216	"
	Filantrópicas com isenção CNPJ (Consulte as Portarias ME nº 139, de 3 de abril de 2020, e 245, de 15 de junho de 2020)		2305	"
	Filantrópicas com isenção CEI (Consulte as Portarias ME nº 139, de 3 de abril de 2020, e 245, de 15 de junho de 2020)		2321	"
	Órgãos do poder público CNPJ (Consulte as Portarias ME nº 139, de 3 de abril de 2020, e 245, de 15 de junho de 2020)		2402	"
	Órgãos do poder público CEI (Consulte as Portarias ME nº 139, de 3 de abril de 2020, e 245, de 15 de junho de 2020)		2429	"
	Órgãos do poder público CNPJ-recolhimento sobre aquisição de produto rural do produtor rural pessoa física.		2437	"
	Órgão do Poder Público CNPJ- recolhimento sobre contratação de transporte rodoviário autônomo (Consulte as Portarias ME nº 139, de 3 de abril de 2020, e 245, de 15 de junho de 2020)		2445	"
	Associação Desportiva que mantém Equipe de Futebol Profissional - Receita Bruta a Título de Patrocínio, Licenciamento de Uso de Símbolos, Publicidade, Propaganda e Transmissão de Espetáculos CNPJ- retenção e recolhimento efetuado por empresa patrocinadora em seu próprio nome.		2500	"
	Comercialização da produção rural CNPJ (Consulte as Portarias ME nº 139, de 3 de abril de 2020, e 245, de 15 de junho de 2020)		2607	"
	Comercialização da produção rural CNPJ- pagamento exclusivo para outras entidades (Senar)		2615	"
	Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviços - CNPJ		2631	"
	Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviços (de pagamento exclusivo do órgão do poder público) administração direta, autarquia ou fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)		2640	"
	Contribuição retida sobre a NF/Fatura da empresa prestadora de serviços - CEI		2658	"
	Contribuição retida sobre NF/Fatura da prestadora de serviços (de pagamento exclusivo do órgão do poder público) administração direta, autarquia ou fundação federal, estadual, do distrito federal ou municipal)		2682	"
	Comercialização da produção rural CEI (Consulte as Portarias ME nº 139, de 3 de abril de 2020, e 245, de 15 de junho de 2020)		2704	"
	Comercialização da produção rural CEI - pagamento exclusivo para outras entidades (Senar)		2712	"

Agenda Tributária
Agosto de 2020

<i>Data de Vencimento</i>	<i>Tributos</i>	<i>Código Darf</i>	<i>Código GPS</i>	<i>Período de Apuração do Fato Gerador (FG)</i>
20	Pagamento de dívida ativa parcelamento referência (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)		6106	Diversos
	Compreensão pagamento de dívida ativa parcelamento de regime próprio de previdência social RPPS do poder público referência		6505	"
20	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) Pagamento Unificado Regime Aplicável às Incorporações Imobiliárias (CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		Julho/2020
	Pagamento Unificado Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PIS/Pasep ou Reforma de Creches e Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4112		"
20	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) Pagamento Unificado Regime Aplicável às Incorporações Imobiliárias (CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		Julho/2020
	Pagamento Unificado Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PIS/Pasep ou Reforma de Creches e Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4153		"
20	Contribuição para o PIS/Pasep Pagamento Unificado Regime Aplicável às Incorporações Imobiliárias (CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		Julho/2020
	Pagamento Unificado Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PIS/Pasep ou Reforma de Creches e Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções	4138		"
20	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) Pagamento Unificado Regime Aplicável às Incorporações Imobiliárias (CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	4095		Julho/2020
	Pagamento Unificado Regime Especial Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções, ambas no âmbito do PIS/Pasep ou Reforma de Creches e Escolas (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins)	1068		"
	Regime Especial de Tributação Aplicável às Incorporações Imobiliárias e às Construções.	4166		"
20	Simplex Nacional Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. (Consulte a Resolução CGSN nº 154, de 3 de abril de 2020)	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		Abril/2020
20	Simplex Nacional Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. (Consulte a Resolução CGSN nº 154, de 3 de abril de 2020)	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		Julho/2020

Agenda Tributária
Agosto de 2020

<i>Data de Venciment</i>	<i>Tributos</i>	<i>Código Darf</i>	<i>Código GPS</i>	<i>Período de Apuração do Fato Gerador (FG)</i>
25	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Capital			
	Títulos de renda fixa Pessoa Física	8053		11 a 20/agosto/2020
	Títulos de renda fixa Pessoa Jurídica	3426		"
	Fundo de Investimento Renda Fixa	6800		"
	Fundo de Investimento em Ações	6813		"
	Operações de swap	5273		"
	Day-Trade-Operações em Bolsas	8468		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhadas	5557		"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706		"
	Fundos de Investimento Imobiliário Resgate de quotas	5232		"
	Demais rendimentos de capital	0924		"
	Tributação Exclusiva Art. 2 da Lei nº 12.431/2011	3699		"
	Ganho de Capital Integralização de Cotas com Ativos (Lei nº 13.043/2014)	5029		"
	Empréstimo de Ativos Fundos de Investimento (art. 8º da Lei nº 13.043/2014)	5035		"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior			
	Aplicações Financeiras Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286		11 a 20/agosto/2020
	Aplicações em Fundos de Conversão de Dólares Externos/Lucros/Bonificações/Dividendos	0490		"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453		"
	Outros Rendimentos			
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916		11 a 20/agosto/2020
	Prêmios obtidos em bingos	8673		"
	Multas e vantagens	9385		"
25	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Resgate de Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)			
	Operações de Crédito Pessoa Jurídica	1150		11 a 20/agosto/2020
	Operações de Crédito Pessoa Física	7893		"
	Operações de Câmbio Entrada de moeda	4290		"
	Operações de Câmbio Saída de moeda	5220		"
	Aplicações Financeiras	6854		"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 5.32/97)	6895		"
	Seguros	3467		"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028		"
25	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)			
	Posição na Tipologia Produto			
	87.03 Automóveis de passageiros e outros veículos autoveículos principalmente concebidos para transporte de passageiros (exceto os da posição 87.02), incluídos os veículos misto ("station wagons") e automóveis de corrida;	0676		Julho/2020
	87.06 Chassis com motor para os veículos automoveis da posição 87.01 a 87.05;	0676		"
	84.29 "Bulldozers", "angledozers", niveladores, - transportadores ("scrapers"), pás mecânicas, escavadoras, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e cilindros compressores, autopropulsados;	1097		Julho/2020

*Agenda Tributária
Agosto de 2020*

<i>Data de Venciment</i>	<i>Tributos</i>	<i>Código Darf</i>	<i>Código GPS</i>	<i>Período de Apuração do Fato Gerador (FC)</i>
25	Contribuição para o PIS/Pasep			
	Faturamento	8109		Julho/2020
	Folha de salários	8301		"
	Pessoa jurídica de direito público	3703		"
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8496		"
	Combustíveis	6824		"
	Não-cumulativa	6912		"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1921		"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frías previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0679		"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frías previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0691		"
	Álcool-Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0906		"
25	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)			
	Demais Entidades	2172		Março/2020
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8645		"
	Combustíveis	6840		"
	Não-cumulativa	5856		"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1840		"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frías previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015	0760		"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frías previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0776		"
	Álcool-Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0929		"
25	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)			
	Demais Entidades	2172		Julho/2020
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8645		"
	Combustíveis	6840		"
	Não-cumulativa	5856		"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1840		"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frías previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015	0760		"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frías previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0776		"
	Álcool-Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0929		"
25	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)			
	CPSS Servidor Civil Ativo	1661		11 a 20 agosto 2020
	CPSS Servidor Civil Inativo	1700		"
	CPSS Pensionista Civil	1717		"
	CPSS Patronal Servidor Civil Ativo - Operação Intercamarentária	1769		"
	CPSS Patronal Servidor no Exterior - Operação Intercamarentária	1814		"

Agenda Tributária
Agosto de 2020

Data de Venciment	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
25	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS Servidor Civil Ativo) - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723		11 a 20/agosto/2020
	CPSS Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730		"
	CPSS Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752		"
31	Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF)			
	Recolhimento mensal (Carnê Leão)	0190		Julho/2020
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos	4600		"
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos e nas liquidações rescates de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira	8523		"
	Ganhos líquidos em operações em bolsa	6015		"
	3ª quota do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual	0211		Ano-Calendarário 2019
31	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)			
	PJ obrigadas à apuração com base no lucro real			
	Entidades Financeiras			
	Balanço Trimestral (1ª quota)	1599		Abril a Junho/2020
	Estimativa Mensal	2319		Julho/2020
	Demais Entidades			
	Balanço Trimestral (1ª quota)	0220		Abril a Junho/2020
	Estimativa Mensal	2362		Julho/2020
	Optantes pela apuração com base no lucro real			
	Balanço Trimestral (1ª quota)	3373		Abril a Junho/2020
	Estimativa Mensal	5993		Julho/2020
	Lucro Presumido (2ª quota)	2089		Abril a Junho/2020
	Lucro Arbitrado (2ª quota)	5625		"
	IRPJ- Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa Real	3317		Julho/2020
	IRPJ- Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa Presumido Arbitrado	0231		"
	Ganho de Capital - Alienação de Ativos de ME/EPP optante Simples Nacional	0507		"
31	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Resgate de Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)			
	Contrato de Derivativos	2927		Julho/2020
31	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Capital			
	Fundos de Investimento Imobiliário - Rendimentos e Ganhos de Capital Distribuídos	5232		Julho/2020
31	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior - Pessoa Jurídica			
	Ganhos de capital de alienação de bens e direitos do ativo localizado no Brasil	0473		Julho/2020

Agenda Tributária
Agosto de 2020

Data de Venciment	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
31	Contribuição para o PIS/Pasep RetençãoAquisição de autopeças	3770		1º a 15/agosto/2020
31	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofin RetençãoAquisição de autopeças	3746		1º a 15/agosto/2020
31	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) PJ que apuram o IRPJ com base no lucro real Entidades Financeiras Balanço Trimestral (2ª quota) Estimativa Mensal	2030 2469		Abril a Junho/2020 Julho/2020
	Demais Entidades Balanço Trimestral (2ª quota) Estimativa Mensal	6012 2484		Abril a Junho/2020 Julho/2020
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro presumido ou 2ª quota)	2372		Abril a Junho/2020
31	Programa de Recuperação Fiscal (Refis) Parcelas com vencimento maio			
	Parcelamento vinculado à receita bruta	9100		Diversos
	Parcelamento alternativo	9222		"
	ITR/Exercícios até 1996	9113		"
	ITR/Exercícios a partir de 1997	9126		"
31	Programa de Recuperação Fiscal (Refis) Parcelamento vinculado à receita bruta Parcelamento alternativo ITR/Exercícios até 1996 ITR/Exercícios a partir de 1997	9100 9222 9113 9126		Diversos " " "
31	Parcelamento Especial (Paes) Parcelas com vencimento em maio			
	Pessoa física	7042		Diversos
	Microempresa	7093		"
	Empresa de pequeno porte	7114		"
	Demais pessoas jurídicas	7122		"
	Paes ITR	7288		"
31	Parcelamento Especial (Paes) Pessoa física Microempresa Empresa de pequeno porte Demais pessoas jurídicas Paes ITR	7042 7093 7114 7122 7288		Diversos " " " "
31	Parcelamento Excepcional (Paex) ANMP nº 303/2006 Parcelas com vencimento em maio			
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	0830		Diversos
	Demais pessoas jurídicas	0842		"
31	Parcelamento Excepcional (Paex) ANMP nº 303/2006 Pessoa jurídica optante pelo Simples Demais pessoas jurídicas	0830 0842		Diversos "

Agenda Tributária
Agosto de 2020

Data de Venciment	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
31	Parcelamento Excepcional (Paex) ANMPB nº 303/2006 Parcelas com vencimento em maio Pessoa jurídica optante pelo Simples	1927		Diversos
31	Parcelamento Excepcional (Paex) ANMPB nº 303/2006 Pessoa jurídica optante pelo Simples	1927		Diversos
31	Parcelamento Excepcional (Paex) ANMPB nº 303/2006 Parcelas com vencimento em maio Pessoa jurídica optante pelo Simples	1919		Diversos
31	Parcelamento Excepcional (Paex) ANMPB nº 303/2006 Pessoa jurídica optante pelo Simples	1919		Diversos
31	Parcelamento CEI		4105	Diversos
31	Parcelamento Especial Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 767/2007 Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0285		Diversos
31	Parcelamento Especial Simples Nacional Art. 7º § 4º IN/RFB nº 767/2007 Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional		4324	Diversos
31	Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional Art. 7º § 4º IN/RFB nº 902/2008 Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0873		Diversos
31	Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 902/2008 Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional		4359	Diversos
31	Parcelamento Lei nº 11.941, de 2009 Parcelas com vencimento em maio PGFN - Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas Parceladas Anteriormente Art. 1º PGFN - Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo Remanescentes dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários Art. 3º PGFN - Demais Débitos Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Art. 1º PGFN - Demais Débitos Parcelamento de Saldo Remanescentes dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários Art. 3º PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevidos de Créditos de IP Art. 2º RFB - Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Art. 1º RFB - Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo Remanescentes dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários Art. 3º RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Art. 1º RFB - Demais Débitos Parcelamento de Saldo Remanescentes dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários Art. 3º RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevidos de Créditos de IP Art. 2º	1136 1165 1194 1204 1210 1233 1240 1279 1285 1291		Diversos " " " " " " " " "

Agenda Tributária
Agosto de 2020

Data de Venciment	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FC)
31	Parcelamento Lei nº 11.941, de 2009 PGFN - Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas Parceladas Anteriormente Art. 1º	1136		Diversos
	PGFN- Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo Remanes dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários Art. 3º	1165		"
	PGFN - Demais Débitos Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Art. 1º	1194		"
	PGFN - Demais Débitos Parcelamento de Saldo Remanescent dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários Art. 3º	1204		"
	PGFN-Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevidos de Créditos de IP Art. 2º	1210		"
	RFB- Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Art. 1º	1233		"
	RFB- Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo Remanes dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários Art. 3º	1240		"
	RFB - Demais Débitos Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Art. 1º	1279		"
	RFB - Demais Débitos Parcelamento de Saldo Remanescent dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários Art. 3º	1285		"
	RFB- Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevidos de Créditos de IP Art. 2º	1291		"
31	Reabertura Parcelamento Lei nº 11.941, de 2009 Parcelas com vencimento em maio Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 PGFN- Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Art. 1º	3780		Diversos
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 PGFN- Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários Art. 3º	3796		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 PGFN - Demais Débitos Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Art. 1º	3835		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 PGFN - Demais Débitos Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários Art. 3º	3841		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevidos de Créditos de IP Art. 2º	3858		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 RFB- Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Art. 1º	3870		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 RFB- Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários Art. 3º	3887		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 RFB- Demais Débitos Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Art. 1º	3926		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 RFB- Demais Débitos Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários Art. 3º	3932		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevidos de Créditos de IP Art. 2º	3955		"

Agenda Tributária
Agosto de 2020

Data de Venciment	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
31	Reabertura Parcelamento Lei nº 11.941, de 2009 Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, F Parcelamentos Ordinários Art. 3	3780		Diversos
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Demais Débitos Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Demais Débitos Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, F Parcelamentos Ordinários Art. 3	3796		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Demais Débitos Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, F Parcelamentos Ordinários Art. 3	3835		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Demais Débitos Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, F Parcelamentos Ordinários Art. 3	3841		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Parcelamento Dívidas Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de PI Art. 2	3858		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Débitos Previdenciários Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, F Parcelamentos Ordinários Art. 3	3870		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Débitos Previdenciários Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, F Parcelamentos Ordinários Art. 3 Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Demais Débitos Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente	3887		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Demais Débitos Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Demais Débitos Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Pa Ordinários Art. 3	3926		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Demais Débitos Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Pa Ordinários Art. 3 Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Parcelamento Dívidas Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de PI Art. 2	3932		"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - Parcelamento Dívidas Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de PI Art. 2	3955		"
31	Parcelamento Lei nº 12.865, de 2013 PIS/Cofins- Parcelas com vencimento em maio Lei nº 12.865, de 2013 - Parcelamento PIS/Cofins Instituições Financeiras e Cia Seguradoras Art. 39, Caput	4007		Diversos
	Lei nº 12.865, de 2013 - Parcelamento PIS/Cofins Instituições Financeiras e Cia Seguradoras Art. 39, Caput	4013		"
	Lei nº 12.865, de 2013 - Parcelamento PIS/Cofins Art. 39, § 1	4020		"
	Lei nº 12.865, de 2013 - Parcelamento PIS/Cofins Art. 39, § 1º	4042		"
31	Parcelamento Lei nº 12.865, de 2013 PIS/Cofins Lei nº 12.865, de 2013 - Parcelamento PIS/Cofins Instituições Financeiras e Cia Seguradoras Art. 39, Caput	4007		Diversos
	Lei nº 12.865, de 2013 - Parcelamento PIS/Cofins Instituições Financeiras e Cia Seguradoras Art. 39, Caput	4013		"
	Lei nº 12.865, de 2013 - Parcelamento PIS/Cofins Art. 39, § 1	4020		"
	Lei nº 12.865, de 2013 - Parcelamento PIS/Cofins Art. 39, § 1º	4042		"
31	Parcelamento Lei nº 12.865, de 2013 IRPJ/CSLL- Parcelas com vencimento em maio Lei nº 12.865, de 2013 - Parcelamento IRPJ/CSLL Art. 40	4059		Diversos
	Lei nº 12.865, de 2013 - Parcelamento IRPJ/CSLL Art. 40	4065		"

Agenda Tributária
Agosto de 2020

Data de Venciment	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FC)
31	Parcelamento Lei nº 12.865, de 2013 - IRPJ/CSLL Lei nº 12.865, de 2013 - RFB-Parcelamento IRPJ/CSLL - Att. 40 Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN-Parcelamento IRPJ/CSLL - Att. 40	4059 4065		Diversos "
31	Parcelamento IRPJ/CSLL - Ganho de Capital RFB - Parcelas com vencimento em maio Parcelamento IRPJ/CSLL - Ganho de Capital PGFN - Parcelas com vencimento em maio	4983 4990		Diversos "
31	Parcelamento IRPJ/CSLL - Ganho de Capital RFB Parcelamento IRPJ/CSLL - Ganho de Capital PGFN	4983 4990		Diversos "
31	Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014 - Parcelas com vencimento em maio Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento	4720 4737 4743 4750		Diversos " " "
31	Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014 Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento	4720 4737 4743 4750		Diversos " " "
31	Programa de Regularização Tributária (PRT) - Parcelas com vencimento em maio PRT - Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica PRT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física PRT - Demais Débitos	5184	4135 4136	Diversos " "
31	Programa de Regularização Tributária (PRT) PRT - Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica PRT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física PRT - Demais Débitos	5184	4135 4136	Diversos " "
31	Programa de Regularização de Débitos dos Estados e Municípios (Pren) - Parcelas com vencimento em maio	5525		Diversos
31	Programa de Regularização de Débitos dos Estados e Municípios	5525		Diversos
31	Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) - Parcelas com vencimento em maio PERT - Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica PERT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física PERT - Demais Débitos	5190	4141 4142	Diversos " "
31	Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) PERT - Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica PERT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física PERT - Demais Débitos	5190	4141 4142	Diversos " "

Agenda Tributária
Agosto de 2020

Data de Venciment	Tributos	Código Darf	Código GPS	Período de Apuração do Fato Gerador (FC)
31	Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) Parcelas com vencimento em maio	5161		Diversos
31	Programa de Regularização Tributária Rural (PRR)	5161		Diversos
31	Acréscimos Legais de Contribuição Individual, Doméstico, Facultativa do Segurado Especial Lei nº 8.212/91 NIT/PIS/Pasep GRC Trabalhador Pessoa Física (Contribuinte Individual, Fornecedor de Serviços, Empregado Doméstico, Segurado Especial) DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) ACAL-CNPJ ACAL-CEI GRC Contribuição de empresa normal DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Pagamento de débito DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Pagamento/Parcelamento de débito CNPJ Pagamento de débito administrativo Número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Pagamento de parcelamento administrativo Número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Parcelas com vencimento em maio Pagamento de parcelamento administrativo Número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Depósito Recursal Extrajudicial Número do Título de Cobrança Pagamento exclusivo na Caixa Econômica Federal (CDC=104) Pagamento de Dívida Ativa Débito Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Pagamento de Dívida Ativa Ação Judicial Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Pagamento de Dívida Ativa Cobrança Amigável Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Pagamento de Dívida Ativa Parcelamento Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor) Comprovando pagamento de Dívida Ativa não parcelada de regime previdenciário de previdência social RPS Órgão do poder público Referência		1759 1201 3000 3107 3204 4006 4103 4200 4308 4308 4995 6009 6203 6300 6408 6513	Diversos " " " " " " " " " " " " " " " " "
31	Parcelamento Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 1.508/2014 Parcelas com vencimento em maio Microempresa e Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional		DAS (Documento Arrecadação do Simples Nacional)	Diversos
31	Parcelamento Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 1.508/2014 Microempresa e Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional		DAS (Documento Arrecadação do Simples Nacional)	Diversos
31	Parcelamento Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 1.508/2014 Parcelas com vencimento em maio Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional		DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)	Diversos

Agenda Tributária
Agosto de 2020

<i>Data de Venciment</i>	<i>Tributos</i>	<i>Código Darf</i>	<i>Código GPS</i>	<i>Período de Apuração do Fato Gerador (F</i>
31	Parcelamento Simples Nacional Art. 7 § 3 IN/RFB nº 1.508/2014 Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional	DASMEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)		Diversos
31	Parcelamento Especial Simples Nacional Art. 5 § 3 IN/RFB nº 1.677/2016 Parcelas com vencimento em maio Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		Diversos
31	Parcelamento Especial Simples Nacional Art. 5 § 3 IN/RFB nº 1.677/2016 Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		Diversos
31	Parcelamento Simples Nacional Art. 4 § 3 IN/RFB nº 1.713/2017 Parcelas com vencimento em maio Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional	DASMEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)		Diversos
31	Parcelamento Simples Nacional Art. 4 § 3 IN/RFB nº 1.713/2017 Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional	DASMEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)		Diversos
31	Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (P Parcelas com vencimento em maio	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		Diversos
31	Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (P SIMPEP)	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)		Diversos
31	Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (P SIMPEP) Microempreendedor Individual Parcelas com vencimento em maio	DASMEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)		Diversos
31	Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (P SIMPEP) Microempreendedor Individual	DASMEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)		Diversos

Agenda Tributária
Agosto de 2020

Data de apresentação: data em que se encerra o prazo legal para apresentação das principais declarações, demonstrativos e documentos exigidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil sem a incidência de multa.

<i>Data de Apresentação</i>	<i>Declarações, Demonstrativos e Documentos</i>	<i>Período de Apuração</i>
	<i>De Interesse Principal das Pessoas Jurídicas</i>	
7	GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações Previdenciárias	1º a 31/julho/2020
10	Envio, pelo Município, da relação dos alvarás para construção e documentos de habiteco concedidos.	1º a 31/julho/2020
14	EFDContribuições- Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita - Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins das Pessoas Jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda. - Contribuição Previdenciária sobre a Receita das Pessoas Jurídicas que desenvolvem as atividades relacionadas nos arts. 7º da Lei nº 12.546, de 2011. (Consulte a Instrução Normativa RFB nº 215 de março de 2017)	Junho/2020
14	DGP - Demonstrativo do Crédito Presumido do IPI	Abril a Junho/2020
14	DCTFWeb - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos	Julho/2020
14	EFDRet - Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras informações Fiscais (Consulte a Instrução Normativa RFB nº 1.701, de 14 de 2017)	Julho/2020
20	PGDASD - Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Nacional	Julho/2020
21	DCTF Mensal - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Mensal	Junho/2020
31	Decred - Declaração de Operações com Cartões de Crédito	Janeiro a Junho/2020
31	DIF - Declaração de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune	Janeiro a Junho/2020
31	DME - Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie	Julho/2020
31	DOI - Declaração sobre Operações Imobiliárias	Julho/2020
31	Declaração Financeira (Excluído pela Instrução Normativa RFB nº 719 de 12/8/2020)	Janeiro a Junho/2020
	<i>Declarações, Demonstrativos e Documentos</i>	
	<i>De Interesse Principal das Pessoas Físicas</i>	
7	GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações Previdenciárias	1º a 31/julho/2020
31	DME - Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie	Julho/2020
31	DOI - Declaração sobre Operações Imobiliárias	Julho/2020